

Parlamentaristas são majoritários na Constituinte, afirma Cardoso

Da Sucursal de Brasília

Ao sair ontem de uma reunião na casa do presidente do PMDB, da Câmara e do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (SP), 70, o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), 57, de centro-esquerda (segundo levantamento realizado pela Folha e publicado no caderno "Os Eleitos", em 19 de janeiro), líder do partido no Senado, disse que o parlamentarismo tem maioria na Congresso constituinte. "A relação é de dois para um", afirmou. A questão foi discutida durante os quinze minutos iniciais do encontro, e a constatação foi consensual entre os participantes. Ulysses Guimarães evitou comentários ao final da reunião. "Mantenho minha posição presidencialista", disse.



O relator Bernardo Cabral

partido, apenas seis defendem o presidencialismo.

O relatório que existiu no encontro em relação a uma eventual maioria do parlamentarismo no Congresso constituinte não se repetiu em relação à sua forma e prazo de implantação. "Acho difícil um período tão longo", comentou Fernando Henrique ao chegar para a reunião, quando indagado sobre a emenda do deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), 57, centro-direita, que defende a implantação gradual do novo sistema



O senador Fernando Henrique Cardoso

(em três anos), com seis anos de mandato para o presidente José Sarney. "Dependo do gradualismo, porque não podemos deixar o Brasil sem governo. O que vale é ter um governo que governe. É preciso mostrar claramente quem tem responsabilidade para tomar decisões", disse o senador.

Para o senador Mário Covas (PMDB-SP), 57, centro-esquerda, líder do partido no Congresso constituinte, o sistema de governo será decidido pelo voto dos parlamentares

e não por consenso. "O parlamentarismo deve ser implantado logo, senão vai virar tema da próxima campanha eleitoral", disse ele antes da reunião.

Já o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), 55, centro, disse ser "simpático à idéia" de implantação gradual do parlamentarismo, mas destacou que com relação ao prazo de implantação ainda não tem posição fechada.

A reunião de ontem foi convocada há dois dias por Ulysses Guimarães para discutir a aplicação do regimento na votação do substitutivo dos relatores da Comissão de Sistematização, que vai ser apresentado em dez dias. Participaram da reunião, além de Mário Covas, Fernando Henrique, Bernardo Cabral, Konder Reis e Luiz Henrique, os senadores José Richa (PMDB-PR), 52, centro; Afonso Arinos (PFL-RJ), 81, centro-direita; e Wilson Martins (PMDB-MS), 70, centro, e os deputados Aleni Guerra (PFL-SP), 42, centro; José Serra (PMDB-SP), 45, centro-esquerda; Adolpho Oliveira (PL-RJ), 62, centro; e Nelson Jobim (PMDB-RS), 41, centro.

A reunião durou três horas e decidiu que na próxima quinta-feira todos os líderes partidários se reunirão com Ulysses Guimarães, para definir se as regras regimentais que forem seguidas na votação do substitutivo pela Comissão de Sistematização também deverão valer para a votação no plenário do Congresso constituinte.

Emenda procura evitar conflito com Sarney

JOÃO BATISTA NATALI

Enviado especial a Brasília

Se, num primeiro momento, os defensores do parlamentarismo cresceram no Congresso constituinte porque propunham uma forma de governo que amputaria os poderes do presidente Sarney —era uma camuflagem da polêmica sobre a duração do mandato presidencial—, agora é justamente uma estratégia em sentido oposto que lhes permite consolidar suas posições. "Não estamos conspirando contra o presidente", disse o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), 77, centro (segundo levantamento realizado pela Folha e publicado no caderno "Os Eleitos", em 19 de janeiro).

E como prova de suas intenções, o grupo ao qual Carneiro pertence amadureceu o projeto pelo qual o parlamentarismo seria implantado em três etapas, a última das quais a vigorar no sexto ano de mandato, que Sarney já havia publicamente desistido de exercer. Assim, o atual presidente em nada sairia perdendo, e ao mesmo tempo os parlamentaristas contornariam o obstáculo levantado pelo melindre das Forças Armadas, que resistem ao "rebaixamento" de seu chefe supremo.

Dentro desse roteiro, diz o deputado Cid de Carvalho (PMDB-MA), centro-esquerda, pretende-se um entendimento "que é em última análise o gerador de um grande pacto político". Carvalho, juntamente com os senadores José Richa (PMDB-PR), centro, e Afonso Arinos (PFL-RJ), centro-direita, foi na última quinta-feira mandatado pelo bloco parlamentarista para negociar com o Palácio do Planalto.

Etapas indolores

Por enquanto é impossível prever até que ponto os três designados interlocutores de Sarney desarmarão o imdo com os presidencialistas, invertendo as previsões de um inevitável confronto com os presidencialistas, a partir do próximo dia 18, na Comissão de Sistematização. De qualquer modo, as três etapas de implantação da nova forma de governo que eles propõem seria aparentemente indolor para o atual presidente, sem mexer no dogma da eleição de seus sucessores pelo voto direto. Eis um resumo delas:

Primeira etapa — Dentro de um prazo de até noventa dias após a promulgação do novo texto constitucional seria formado o primeiro gabinete, cujo primeiro-ministro seria nomeado por mera delegação do presidente da República. Com isso, o Planalto continuaria acumulando a

"Será direta a eleição de 15 de novembro de 90"

Esta é a íntegra da emenda apresentada anteriormente ao substitutivo do relator Bernardo Cabral pelo deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG):

"Art. — Dentro de noventa dias da promulgação desta Constituição, o presidente da República nomeia o primeiro-ministro e o Conselho de Ministros, delegando àquele a atribuição que julgar conveniente para as atividades de seu governo, podendo a qualquer tempo exonerá-lo sem audiência da Câmara dos Deputados.

"Parágrafo 1º — O primeiro-ministro e o Conselho transmitirão à Câmara o programa de governo, logo após as respectivas nomeações;

"Parágrafo 2º — O primeiro-ministro comparecerá mensalmente à Câmara dos Deputados para debater questões relativas ao programa de governo.

"Art. — Na primeira semana da sessão legislativa de 1989, o presidente da República submeterá à

Câmara dos Deputados o nome do primeiro-ministro, que será destituído de suas funções se tiver contra ele o voto de 2/3 da Câmara dos Deputados, o que implicará na demissão do ministério.

"Parágrafo único — Se for rejeitado o primeiro-ministro, o presidente submeterá outro nome à Câmara dos Deputados, que só poderá ser rejeitado por 2/3. Se ocorrer nova rejeição, o presidente nomeará de livre escolha o primeiro-ministro, ocorrendo em todas as hipóteses o previsto nos parágrafos dos artigos anteriores.

"Art. — Nos dez primeiros dias da sessão legislativa de 1990, o presidente, na forma do artigo 122 das Disposições Permanentes, nomeará o primeiro-ministro passando a proceder de acordo com o disposto nos demais artigos desta Constituição.

"Art. — Serão diretas as eleições de 15 de novembro de 1990 para a sucessão do atual presidente da República.

dupla chefia, de governo e de Estado, por um período de um ano.

Segunda etapa — O primeiro-ministro, não necessariamente uma pessoa diferente da indicação inicial de Sarney, precisaria da aprovação do Congresso para exercer suas funções. Mas, para que fosse derrubado, exigiria de deputados e senadores um quórum qualificado de dois terços dos votos, que na prática seria difícil de reunir.

Terceira etapa — No último e sexto ano do mandato de Sarney, o modelo clássico do parlamentarismo seria exercido em sua plenitude, com o presidente como chefe de Estado e dispendo de iniciativas de lei limitadas, e o premiê, nascido de uma delegação do Congresso, assumindo plenamente a chefia do governo.

O roteiro é vulnerável à maior das objeções: que os presidencialistas levantam: não prevê a possibilidade de um candidato à sucessão presidencial basear sua plataforma justamente na diferença de legitimidade entre os 35 ou quarenta milhões de votos que precisará obter, e a votação necessariamente limitada do deputado ou senador que ocupará a chefia do governo. Tão logo eleito, o chefe de Estado poderia convocar um plebiscito para um retorno ao presidencialismo. Em termos práticos, o roteiro igualmente ignora a mais que provável possibilidade de, com uma

negociação "a quente" na Comissão de Sistematização, o gradualismo no cronograma de mudança da forma de governo dar lugar à adoção de soluções híbridas, como o chamado presidencialismo mitigado.

Trata-se, no entanto, de uma "graduação da transição", não prevista pela emenda depositada na última quarta-feira pelo senador Nelson Carneiro, e que correspondeu a uma tomada de posição tão radical quanto a representada pelos defensores do presidencialismo puro e simples, apesar das inevitáveis ampliações das atribuições do Legislativo, inscritas na cartilha oficiosa da "Nova República".

Vitória por pontos

A verdade, porém, é que a "parlamentarização" das instituições, uma alternativa que a prática está longe de confirmar, cresceu, como programa constituinte, justamente nesta semana em que o Planalto previa uma reversão que lhe fosse favorável. Algumas causas para que isso ocorresse podem ser alinhavadas:

1— Deputados e senadores indecisos não foram sensibilizados pela declaração do ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, dia 27 de agosto, de que os constituintes estavam sob o controle de uma minoria radical. A intervenção do ministro alimentou entre alguns constituintes o velho "esprit de

corps", pelo qual, criticados, julgaram estar no bom caminho. "Quanto mais nos atacarem, certamente maior será o reforço de nossas posições", diz o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP).

2— O mesmo "esprit de corps" funcionou com o desencadeamento de telefonemas de ministros, cobrando fidelidade dos constituintes ao presidente, ou de advertências de que alguns deles poderiam perder vantagens fisiológicas (sobretudo nas nomeações na área federal) caso não demonstrassem abertamente suas convicções presidencialistas. "Esse bazar de favores em que virou a Constituinte está funcionando a toda", disse o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), centro-direita.

3— Entre segunda e terça-feira, lideranças parlamentaristas que estiveram com os dois maiores aliados do Planalto no Congresso constituinte, os deputados Prisco Viana, centro, e Carlos Sant'Anna, (ambos PMDB-BA), neles identificaram uma atitude conciliatória, capaz de abrir espaço para a adoção de uma fórmula de presidencialismo mitigado, como a elaborada pelo jurista Miguel Reale Júnior, a pedido do deputado Ulysses Guimarães. Sarney e seus homens deram a impressão de baixarem a guarda, e, quarta-feira, ao recuarem para posições mais duras, já tinham perdido espaço nas bancadas.

4— As baixas de valor simbólico beneficiaram exclusivamente os parlamentaristas. É o caso do deputado Luiz Henrique (PMDB-SC), centro-esquerda, e líder de sua bancada na Câmara, e do senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), centro, cujas posições eram em princípio conhecidas, mas que fez questão de anunciá-las quinta-feira a Sarney, e depois de repetilas aos jornalistas que cobrem o Planalto.

5— A habilidade dos parlamentaristas, que conseguiram jogar em duas frentes: prevendo a instalação imediata da reforma de governo, através do projeto Nelson Carneiro, mas abrindo a possibilidade, a seguir, de sua implantação em três etapas, conforme a proposta Arinos-Richa-Carvalho, ainda em discussão.

De qualquer modo os lances não foram ainda todos feitos, e qualquer previsão sobre o desfecho dessa disputa seria temerária. Mesmo assim, a verdade é que, ao fim desse novo "round", os parlamentaristas estão inegavelmente ganhando por pontos, conforme admitia antontem um dos mais convictos presidencialistas do PFL, justamente o líder do partido na Câmara, José Lourenço (BA), direita.